

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudanças no projeto do IR desagradam a Guedes, e governo procura oposição 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Risco de reforma é a 'pejotização', diz secretário 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira cobra empenho do Planalto para votar a reforma tributária 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apressada, reforma do IR perde o rumo - FABIO GRANER 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adiamento permite reavaliar se vale prosseguir 9

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção fiscal para o milho 10

A GAZETA - MT - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco não é onipotente e onipresente (Artigo) 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Aras suspeito de prevaricação 12

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores públicos protestam contra reforma administrativa 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores protestam e declaram o início do estado de greve 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O risco fiscal (Editorial) 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário vê o 'Orçamento mais difícil' em 25 anos 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar fecha em R\$ 5,37 em meio à crise fiscal 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC se posiciona contra a proposta de tributação de lucros e dividendos 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo enfia os pés pelas mãos com IR e precatórios (Editorial) 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara aprova cobrança de tarifa para consumidores que usam energia solar..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Acabou a euforia. A perspectiva para 2022 é muito ruim" 22

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mudanças no IR tornam pior um sistema já péssimo (Editorial)..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo federal não é 'vilão' do combustível, diz Bolsonaro..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Precatórios ameaçam plano de vacinação, diz assessor de Guedes..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Pessimismo toma conta do mercado financeiro..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Gasto em ritmo de eleição é risco, dizem analistas ao BC..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

TCU agrada ao governo e aprova regras do leilão do 5G..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economia entra no "modo eleição" e indicadores de 2022 dão sinal de piora..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O impacto do vírus sobre o capital humano (Editorial)..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em tempo, Bolsonaro cita "fé e crença" contra a crise..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Resposta do Brasil à covid gera mais custo, diz estudo..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Inflação verde' vira foco de preocupação dos economistas..... 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Crise hídrica ameaça safras de culturas irrigadas..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fracasso da PEC dos Precatórios ameaça 3ª dose, diz secretário..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Eurasia avalia que Bolsonaro perdeu o favoritismo em 2022..... 48

Mudanças no projeto do IR desagradam a Guedes, e governo procura oposição

Julia Chaib Danielle Brant Fábio Pupo

O ministro Paulo Guedes (Economia) expôs a parlamentares sua insatisfação com a falta de acordo sobre o projeto que muda o Imposto de Renda. Diante do impasse, o governo decidiu usar mais tempo para ouvir até mesmo a oposição, com o objetivo de costurar um novo texto que tenha chances reais de aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A expectativa agora é que o texto seja analisado pelo plenário só em duas semanas. O prazo é maior que o sinalizado na terça-feira (17) pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que havia sugerido adiar a votação do texto relatado por Celso Sabino (PSDB-PA) para a próxima semana.

Parlamentares dizem que Guedes está "desgostoso" com a falta de acordo e demonstra preocupação com o caminho das discussões no Congresso.

Integrantes da equipe econômica se incomodam com o excesso do que está sendo chamado de penduricalhos e puxadinhos para aprovar o projeto.

A interpretação é que o projeto não está agradando concretamente nem estados, nem municípios e nem empresários. Nesta semana, um acordo por mais repasses da União a prefeituras e um reajuste menor para professores chegou a ser feito para ganhar apoio dos municípios -mas nem isso foi suficiente para que o projeto avançasse.

Entre os integrantes do time de Guedes, é mencionado que a quantidade de mudanças e a ampliação de isenções estaria fazendo o texto se distanciar até mesmo do projeto que a **Receita Federal** elaborou originalmente.

O secretário da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, veio a público nesta quarta-feira (18) e disse que o projeto de mudança no Imposto de Renda está sendo discutido por vontade exclusiva da Câmara dos Deputados.

Para ele, o correto seria começar os debates sobre a **reforma tributária** pela fusão de PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) -projeto do governo que está estacionado há mais de um ano na Câmara.

"Não temos dúvida de que a reforma deveria de fato se iniciar pela tributação do consumo. Sempre defendemos isso", disse Tostes em evento promovido pelo Santander. "Ocorre que esse projeto de lei, e aí por uma posição exclusiva do Parlamento e que absolutamente não teve nossa concordância, ficou parado sem nenhuma tramitação", afirmou.

Em meio às sucessivas mudanças no texto, Tostes ainda defendeu cautela com o projeto. Para ele, há risco de o crescimento nas isenções previstas incentivarem a pejetização (quando pessoas físicas criam empresas e firmam contratos com outras companhias para mascarar vínculos empregatícios, resultando em menos **impostos** para ambos).

Tostes ainda disse que interesses políticos podem acabar se sobrepondo. "Sabemos que nem sempre o melhor do ponto de vista técnico é o melhor do ponto de vista político, e isso certamente está sendo considerado nas discussões feitas em torno do projeto de lei", afirmou Tostes.

Parte da equipe econômica aproveitou a derrota nos esforços de votação nesta terça na Câmara para reforçar a defesa pela retirada do projeto de discussão. A visão é que a aproximação do calendário eleitoral vai impedir mudanças mais profundas.

Apesar das divergências, o governo vê no projeto do Imposto de Renda o respaldo jurídico para turbinar o Bolsa Família em ano eleitoral cumprindo regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo pretende usar até R\$ 20 bilhões das receitas geradas pela proposta para o programa social.

No Congresso, os esforços pela aprovação continuam. Tanto Barros como Sabino afirmaram em plenário que vão buscar soluções para o texto.

Para diminuir as resistências, o governo está procurando até a oposição para ajudar a costurar o novo texto. Em busca de apoio, Guedes ligou para o líder da Oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), e marcou uma reunião para a próxima terça-feira (24) para ouvir as propostas dos partidos de esquerda.

Entre os pontos que devem ser conversados estão a

adoção de uma alíquota progressiva na taxação de dividendos. A oposição também defende que a declaração simplificada volte aos critérios anteriores e avaliam que a correção da tabela de Imposto de Renda foi tímida -a faixa de isenção deveria ser maior, na avaliação dos partidos de esquerda. As reivindicações serão alinhadas até terça-feira.

"Queremos uma **reforma tributária** que faça justiça fiscal no Brasil, que alivie o peso que as classes populares e a classe média carregam e cobre mais dos super-ricos", disse Molon.

"Queremos reduzir as desigualdades e incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. Se conseguirmos garantir isso no texto-base, vamos apoiar. Não somos a oposição do quanto pior, melhor. Queremos contribuir para o país sair da crise e voltar a crescer."

Vice-líder do Novo na Câmara, o deputado Alexis Fonteyne (SP), afirmou que, do jeito que está hoje, "com muitas isenções e aumento de carga para as empresas do lucro real, o projeto não passa".

"O relator está fazendo muitas concessões, principalmente dentro do lucro presumido, o que não agrada estados, municípios ou empresários", disse.

Na avaliação dele, um dos pontos mais críticos é o "aumento de distorções" que serão provocadas com o excesso de benefícios dados às empresas do Simples e lucro presumido até R\$ 4,8 milhões.

"Dessa forma, estaremos estimulando o nanismo empresarial. Mas uma das formas de pacificar a proposta é manter a carga neutra em 34% quando se soma o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro) e a distribuição de lucros e dividendos."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49642&anchor=6440004&pd=2028921b45619c86e425554a5c2e6109>

Risco de reforma é a 'pejotização', diz secretário

Cícero Cotrim Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes Neto, alertou ontem que a ampliação das isenções sobre lucros e dividendos na reforma do Imposto de Renda (IR) pode incentivar a pejotização, prática de profissionais liberais - como médicos, advogados, economistas e contadores - com ganhos elevados pagarem menos imposto ao aderir ao regime de pessoa jurídica.

Para o secretário, o avanço da pejotização é um "desvirtuamento".

"Não há como argumentar e defender que uma única pessoa prestadora de serviço seja equiparada a uma sociedade empresária normal." "O texto do projeto de lei, e tem sido uma preocupação do deputado relator, Celso Sabino (PSDB-PA), estabelece algumas travas para evitar planejamentos fiscais que visem a evitar a cisão artificial de empresas, sobretudo para usufruir dessa isenção de dividendos na pessoa física do sócio. Porém, se essas isenções forem muito ampliadas, há riscos de haver estímulos à pejotização", disse Tostes, ao participar da 22.ª Conferência Anual Brasil Santander.

"Todos sabemos que o melhor do ponto de vista técnico nem sempre é o possível do ponto de vista político, e isso certamente também está sendo considerado", disse. Um terço do ganho obtido pelas empresas do Simples e do lucro presumido não é tributado, o que equivale a cerca de R\$ 200 bilhões em valores atuais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira cobra empenho do Planalto para votar a reforma tributária

GERALDA DOCAE ELIANE OLIVEIRA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Apressada, reforma do IR perde o rumo - FABIO GRANER

FABIO GRANER

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Adiamento permite reavaliar se vale prosseguir

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Isenção fiscal para o milho

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=1§ion=1

Fisco não é onipotente e onipresente (Artigo)

Wiston C.G. Chaves é advogado especialista em Direito Tributário e membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-MT

É comum ouvir que brigar contra o fisco não é possível, sempre se perde. Mas, eu estou aqui para dizer que não é bem assim. O Estado/Fisco não está acima das leis, pelo contrário, a regra legal para o ente e para o servidor público é mais rígida, o que precisa é o cidadão/contribuinte saber disto. E cabe ao operador do direito em uma de suas atribuições passar esta informação, contribuindo para que as relações sejam claras, precisas e de forma que todos possam entender.

O contribuinte precisa saber os caminhos a serem percorridos para lutar contra a ilegalidade estatal. Pelo fato dessa matéria ser ampla e complexa, me aterei ao conjunto de defesas possíveis no caso de autuação fiscal.

Tudo obrigatoriamente deve passar por um processo administrativo tributário. O processo administrativo tributário, também denominado de ação fiscal ou processo administrativo fiscal caracteriza-se pelo conjunto de atos interligados, vinculados, nos quais o agente administrativo fica obrigado a agir de acordo com o que determina a legislação que trata da matéria.

No caso do fisco federal tal processo é regido pelo Decreto 70.235/1972. Os entes estaduais e municipais também têm legislação para tanto - contudo deveriam ter -, mas é assunto para outra oportunidade.

Quando o contribuinte sofre uma autuação é porque o fisco entende que o procedimento fiscal está errado, não cumpre a legislação vigente para aquele assunto, pelo menos em tese.

Pois é, não é bem assim. Existem muitas ações ilegais por parte do fisco, existe muita legislação que fere a Constituição Federal ou lei superior sobre a matéria.

Quando acontece uma das situações descritas, cabe ao contribuinte o direito de defesa em primeiro plano, se o fisco cumprir a determinação legal, este será intimado a impugnar o lançamento ou pagar no prazo legal em regra 30 dias, isso na esfera administrativa ainda. Então surge a pergunta, porque em regra 30 dias, não existe uma uniformidade legal?

Digo que deveria existir, mas não existe, a exemplo temos uma mudança desse prazo aqui no Estado de

Mato Grosso quando se trata de Notificação Auto de Infração (NAI) muda para 20 dias o prazo para impugnar.

Decidido pela impugnação administrativa, esta deve ser feita dentro do padrão estipulado pelo ente (encontrado no site próprio), e pode ser protocolada, interposta por qualquer do povo, ou seja, não há necessidade ser advogado. Porém vale ressaltar que o profissional da advocacia é quem se preparou para defender o direito alheio, ele que conhece direito formal (forma de fazer) e o direito material (a lei, jurisprudência, etc.).

Após a etapa da impugnação (onde o débito ficará suspenso sem necessidade de garantia) será exarada uma decisão pelo auditor fiscal, então temos duas possibilidades; um julgamento procedente, ou seja, sua impugnação foi aceita e o auto de infração será extinto ou modificado de acordo com o que foi impugnado. Mas se, o fisco julgar improcedente, o que significa dizer; não aceito sua defesa, cabe recurso para 2ª instância administrativa, neste caso é obrigatória a representação por advogado e, no caso do fisco federal ainda cabe recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) que fica em Brasília.

Ultrapassada essa fase do administrativo, podemos partir para a luta na esfera judicial. Importante dizer que para partir para o judiciário não é obrigatório passar primeiro pelo administrativo (exceto em assuntos previdenciários), caso o contribuinte deseje ele pode partir direto. Nesta esfera (judicial), é necessário garantir o juízo para efeito suspensivo da dívida, ou seja, a famosa liminar. Existem alguns entendimentos que em caso de ilegalidade comprovada a liminar deverá ser concedida sem garantia, mas na prática não é assim que funciona.

Existem várias formas de garantir o Juízo, uma delas é através de Carta fiança bancária ou seguro garantia, mas esse é um assunto que vamos falar em outro artigo, que escreverei na próxima semana.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10636>

Aras suspeito de prevaricação



» LUANA PATRIOLINO

Os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentaram à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), uma notícia-crime contra o procurador-geral da República, Augusto Aras. Os parlamentares afirmam que o chefe do Ministério Público Federal (MPF) cometeu crime de prevaricação por se omitir em meio aos ataques do presidente Jair Bolsonaro contra o sistema eleitoral e nas eventuais omissões do Executivo no combate à pandemia da covid-19.

Ao Correio, Alessandro Vieira afirmou que a atuação de Aras é um ataque à democracia. "Quando você tem um cidadão em uma questão central do sistema jurídico brasileiro e ele não toma as medidas que precisa tomar, você faz um travamento do sistema. Coloca-se em risco todo o funcionamento da democracia", apontou.

O parlamentar destacou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) fecha os olhos às ações de Bolsonaro. "O MPF vem sendo omisso na gestão de Augusto Aras. Isso acontece por uma vinculação política dele com o presidente", sustentou.

Fabiano Contarato, por sua vez, criticou a postura de Bolsonaro em relação ao STF e ao controle da pandemia. "O presidente da República acusa de fraude, sem provas, o sistema eleitoral brasileiro; intimida o Congresso, pondo até tanques do Exército na rua; estimula aglomerações e contraria medidas sanitárias de combate à covid; e ameaça o Supremo Tribunal Federal", elencou.

A ação pede para Cármen Lúcia encaminhar a notícia-crime ao Conselho Superior do Ministério Público Federal. A ministra é a relatora da ação sobre os

ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral.

Próximos passos

De acordo com o Código Penal, o crime de prevaricação ocorre quando funcionários públicos dificultam, atrasam ou deixam de praticar atos que são obrigações de seus cargos, os pratica contra a lei, ou apenas para atender interesses pessoais. A pena pode ser de detenção de três meses a um ano e multa.

O advogado Karlos Gad Gomes, especialista em direito penal e administração pública, explicou quais são os próximos passos da ação. "Agora, a ministra Cármen Lúcia vai avaliar se a ação possui procedência, ou seja, se a notícia-crime tem os requisitos legais para o seu processamento. E, assim, Augusto Aras poderá ser intimado para apresentar sua defesa e, só então, poderá virar réu, caso essa queixa-crime seja aceita pelo STF", disse.

Na avaliação do constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo, a reação dos senadores denota as dificuldades que Aras pode enfrentar no seu processo de recondução à PGR, pois seu mandato termina no próximo mês. "A grave acusação sai de componentes do colegiado que vai decidir sobre sua continuidade ou não no cargo e expõe algumas das desconfiças que Aras terá de enfrentar por parte de membros do Senado, algo que pode acabar colocando algumas pedras em seu caminho", observou.

Sabatina

O procurador-geral Augusto Aras foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para novo mandato como chefe do MPF. A recondução depende da aprovação do Senado, que vai sabatiná-lo, mas a data da sessão ainda não foi definida.

Servidores públicos protestam contra reforma administrativa

Sergipe e mais 18 estados brasileiros realizaram no dia de ontem, sucessivos atos públicos contra o governo Federal. Denominado como o "Dia Nacional de Greve e Manifestações Contra a PEC 32 - da reforma administrativa", entidades sindicais, sob a coordenação de centrais unificadas de trabalhadores, os manifestantes aproveitaram a ocasião para reivindicar outras pautas emergenciais, como o auxílio de R\$ 600, a aceleração da vacinação e a derrota no Congresso da Medida Provisória 1045, que retira direitos da classe trabalhadora.

A emenda 40 da PEC 1045, por exemplo, ataca a jornada de seis horas dos bancários e bancárias e reduz o adicional das horas extras. Em Sergipe, o principal ato ocorreu no turno da tarde, com concentração na Praça General Valadão, região central de Aracaju.

Entre as categorias participantes do ato estavam educadores municipais, estaduais e federais, profissionais da saúde, servidores bancários, auditores fiscais, jornalistas, trabalhadores dos Correios, Tribunal de Justiça, e condutores de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Paralelo às críticas direcionadas ao presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em cada unidade federativa os manifestantes intensificaram as pressões junto aos deputados federais e senadores.

Os deputados federais, em especial, possuem o poder do voto contrário à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT Sergipe), Roberto Silva, é inaceitável que os **servidores públicos** continuem sofrendo tentativas de retiradas de direitos.

"Vivemos um sucessivo movimento de tentativas de retiradas de direitos por parte dos gestores federais, e, para a nossa revolta, com o apoio de deputados eleitos por Sergipe. Os nomes desses deputados estão cada vez mais vivos em nossa memória, em momento em que nos preparamos para um ano da eleição que poderá remover do mandato eletivo, aquele fascista que, ao assumir o cargo, se volta contra os interesses dos trabalhadores brasileiros. Estamos nessa luta geral, em todas as regiões do país para evitar que mais esse "arrocho", que envolve a retirada de direitos de milhões de pessoas, seja

imposto pelo governo Federal", disse. No geral, a mobilização unificada foi construída pela Central Única dos Trabalhadores (CUT/SE), CTB, CSP Conlutas e Fórum em Defesa dos **Servidores Públicos** de Sergipe.

HU - Pela manhã, dando início às mobilizações, servidores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), se reuniram em frente ao Hospital Universitário, na zona Norte de Aracaju. De acordo com o coordenador do Sintufs, Fábio Farias, o ato particular dos profissionais com atuação em unidades de educação federal ocorreu em todo o país, com deliberação de greve, mas em Sergipe foi optado por um modelo paralelo de pressão democrática.

Sem suspender as atividades por tempo indeterminado, o Sintufs decidiu pela promoção de ações educativas, convidando os trabalhadores para a mobilização realizada no turno da tarde.

"Compreendemos que aqui no Hospital Universitário o serviço não para, justamente por ser um setor especial.

Então estamos aqui fazendo o ato, panfletando, mas nos outros cantos a indicação é de que todo mundo não trabalhe hoje [ontem] e participem do ato à tarde. Essas manifestações acontecem por causa da PEC 32, da reforma administrativa. Ela já está na Câmara dos Deputados, na comissão especial. E na nossa visão ela é uma destruição completa dos serviços públicos, pois ela muda a forma de contratação dos servidores, mas muito além, ela muda o papel do estado na prestação de serviços", destacou.

Servidores protestam e declaram o início do estado de greve

Servidores públicos participaram de ato público em Belém na manhã desta quarta-feira (18) contra medidas do governo federal que atingem várias categorias, sobretudo a Proposta de Emenda Constitucional 32 (PEC 32), da Reforma Administrativa. A manifestação foi coordenada pela Central Única dos Trabalhadores no Pará (CUT Pará) e reuniu cerca de mil pessoas, que se concentraram em frente ao Mercado de São Brás às 8h e por volta das 9h30 saíram em passeata até a esquina das avenidas Governador José Malcher e José Bonifácio. Os manifestantes defenderam ainda o impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

"A agenda de hoje (ontem) faz parte de uma agenda nacional de luta contra a PEC 32 e outras PECs do governo federal que atingem os **servidores públicos** e funcionou para uma chamada para a greve geral dos servidores", afirmou a presidente da CUT Pará, Euci Ana da Costa.

Ela disse que desde ontem os **servidores públicos** estão em estado de greve e poderão deflagrar um movimento paredista dependendo da tramitação das PECs no Congresso Nacional. Os servidores dos Correios se encontram em estado de greve desde terça-feira (17) por conta da proposta do governo federal de privatizar a empresa. "São lutas que se articulam contra a privatização de tudo que é público no Brasil", acrescentou Euci.

FEDERAIS Servidores técnico-administrativos das universidades federais do Pará também participaram da mobilização nacional do funcionalismo público contra a Reforma Administrativa e do "Fora Bolsonaro" no Mercado de São Brás. Em assembleia geral, eles decidiram paralisar todas as atividades presenciais e remotas da categoria nesta quarta-feira.

O movimento é também contra a Medida Provisória 1045, que aprofunda a reforma trabalhista, criando, segundo a organização da paralisação, "trabalhadores de segunda classe".

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará (Sintifes), "a Reforma Administrativa do governo Bolsonaro, materializada na PEC 32/2020, que está tramitando no Congresso Nacional, se aprovada, representará a destruição do serviço público no Brasil

tal como o conhecemos desde a Constituição de 1988".

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=36909&edicao=117068>

O risco fiscal (Editorial)

O governo se tornou a principal fonte de incerteza para a economia. Analistas reunidos ontem com diretores do Banco Central deixaram claro que há um temor generalizado no mercado em relação às contas públicas. O medo é de que o Ministério da Economia seja obrigado a abrir os cofres para bancar medidas populistas a fim de fortalecer a candidatura à reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Os especialistas foram contundentes: "O governo entrou no modo eleição". E isso terá um preço alto.

Pelas projeções apresentadas aos diretores do BC, parte dos analistas trabalha com a possibilidade de o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer apenas 1% em 2022. No melhor dos cenários, o avanço econômico será de 2%. Ou seja, com um incremento da atividade nesse ritmo, será impossível reverter o desemprego, que atinge quase 15 milhões de brasileiros. Na visão dos analistas, o crescimento pífi da produção e do consumo decorrerá da **inflação** e dos juros mais altos.

Todas as estimativas pessimistas têm por base a grave crise fiscal que está se desenhando. O governo apresentou ao Legislativo uma proposta de **reforma tributária** que se transformou em um saco de gatos, em que cada parcela dos envolvidos quer garantir um naco maior de receitas do Orçamento da União. Estados, municípios e Tesouro Nacional não se entendem. O quadro se agrava porque o ministro da Economia, Paulo Guedes, abandonou o comando das negociações. Tudo está nas mãos do Congresso, que, a todo momento, se rende aos lobbies dos que gritam mais alto.

Para se ter uma ideia da confusão em torno da reforma do Imposto de Renda, que se arrasta na Câmara dos Deputados, parte da equipe econômica que preza pelo ajuste fiscal diz que é melhor deixar tudo do jeito que está. Essa ala mais responsável afirma que a discussão sobre a reforma começou errada, pois partiu do pressuposto de que as mudanças teriam que atender os pleitos eleitores do Palácio do Planalto. Primeiro, ao corrigir a tabela do IR, promessa de campanha de Jair Bolsonaro. Segundo, ao atrelar o fortalecimento do Bolsa Família, batizado de Auxílio Brasil, à taxaço de lucros e dividendos - uma medida correta, mas que precisa de um bom debate.

Não é só. A **reforma tributária** e o Auxílio Brasil estão atrelados à polêmica PEC dos precatórios, que prevê o parcelamento dos pagamentos de dívidas do governo reconhecidas pela Justiça, visto como um

calote. A proposta abarca a criação de um fundo de ativos, que ficará fora do teto de gastos, e fragiliza a regra de ouro, que impede o endividamento do Tesouro Nacional para pagar despesas correntes, como salários de servidores e aposentadorias. Os analistas dizem que, do jeito que tudo foi colocado, a percepção é de que o compromisso em reverter os deficits fiscais foi rasgado por completo.

O Banco Central entendeu todos os avisos. E o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, vem, reiteradamente, alardeando todos os riscos que o país está correndo. Ele é claro: sozinha, aumentando juros, a autoridade monetária não será capaz de conter o desastre anunciado. Sendo assim, é muito importante que a unidade do governo seja retomada e que o chefe do Executivo lidere o processo de colocar a casa em ordem. Ainda há tempo de evitar o pior. Mas o Brasil que conseguiu sair da beira do precipício voltou a flertar com o abismo. O resultado todos conhecem: recessão, mais desemprego, fome e miséria. Um verdadeiro filme de terror.

Secretário vê o 'Orçamento mais difícil' em 25 anos

FERNANDA TRISOTTO *fernanda.tr
isotto@bsb.oglobo.com* [±>r](#)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar fecha em R\$ 5,37 em meio à crise fiscal

STEPHANIE TONDO EVITOR DA COSTA
economia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CNC se posiciona contra a proposta de tributação de lucros e dividendos

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Governo enfia os pés pelas mãos com IR e precatórios (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Câmara aprova cobrança de tarifa para consumidores que usam energia solar

Danielle Brant

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (18) um projeto de lei que estabelece que consumidores que produzam e utilizem fontes de energia renovável, como a solar, paguem uma tarifa pelo uso de fios de distribuição de energia, em medida que atende à pressão de distribuidoras.

Para os atuais projetos ou os protocolados até 12 meses após a publicação da lei, no entanto, foi garantido um direito adquirido dos benefícios existentes até 2045, o que permite que os investimentos feitos sejam amortizados.

O chamado marco regulatório da minigeração e microgeração distribuída no Brasil foi aprovado por 476 votos a favor e recebeu 3 contrários. O texto segue para o Senado.

A tramitação do projeto foi cercada por pressão de microgeradores de fontes de energia renovável, em especial a solar, e de distribuidoras de energia, que exigiam a cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição correspondente ao custo do serviço prestado pela própria empresa.

A controvérsia tinha como foco micro e minigeradores de energia, que são aqueles que consomem energias renováveis que eles próprios produzem. É o caso de quem instala placas fotovoltaicas em casa ou na empresa para aproveitar a energia solar, por exemplo.

Esse tipo de energia é o mais acessível para micro e minigeração. São 700 mil unidades consumidoras de energia solar, o que responde por quase 98% do universo da geração distribuída, de acordo com dados da Absolar (associação brasileira de energia solar fotovoltaica).

Apesar de gerar parte da energia que utiliza, esse consumidor precisa estar conectado a uma distribuidora de energia, diz a advogada Marina Aidar, sócia do Vieira Rezende Advogados.

"Na geração distribuída, a pessoa consegue jogar na rede o excedente do que produz. Ela gera o que consome e pode gerar excedente", explica. Por outro lado, esse tipo de energia é intermitente, ou seja, nem sempre é possível haver produção -como à noite, em

dias nublados ou chuvosos.

As distribuidoras trabalham com um sistema de compensação, que é um balanço do que o usuário produziu e o que consumiu de energia, diz Aidar. Ao fim do mês, ele paga para a empresa ou recebe dela a diferença entre o que injetou na rede e o que usou.

No entanto, ficavam de fora da conta alguns encargos setoriais pagos por consumidores comuns, como a tarifa de uso do sistema de distribuição -o valor pago para que a energia seja transmitida pelo fio.

Em 2012, uma resolução da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a atividade de minigeração e microgeração distribuída, com uma previsão de que o tema fosse revisado em 2019. Desde então, porém, as diferentes pressões adiaram a discussão.

Uma das principais críticas era a de que o subsídio era destinado a consumidores que supostamente não precisariam desse alívio financeiro --ou seja, de renda maior. "Quem paga pela manutenção do fio é o consumidor cativo [os que usam a energia de distribuidora], e não quem gera energia e também usa o fio. O microgerador usa o fio porque precisa, mas onera os mais pobres", explica Aidar.

Em seu relatório, o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) indicou que, desde 2012, a micro e minigeração distribuída foi responsável pela criação de mais de 140 mil empregos, com arrecadação de **impostos** equivalente a R\$ 5,9 bilhões.

Para este ano, segue o parecer, a previsão de investimentos no setor é da ordem de R\$ 16,7 bilhões. Até 2032, de acordo com o relatório, a geração distribuída trará uma economia de R\$ 13,8 bilhões aos consumidores de energia.

Para os novos projetos, há uma transição. Os consumidores que participarem do sistema de compensação pagarão somente a tarifa por uso do fio da rede de distribuição sobre a parcela da energia elétrica excedente que foi compensada.

O texto traz uma transição para mudança do regime de cobrança da tarifa. Em 2023, o consumidor pagaria 15%, enquanto os outros 85% seriam pagos pela CDE

(conta de desenvolvimento energético). Já em 2024, 30% seriam pagos pelo consumidor e 70% através da CDE.

A expectativa é que o microgerador pague 100% da tarifa de uso do sistema de distribuição Fio B a partir de 2029, mas a regra ainda será definida pela Aneel nos próximos 18 meses.

André Bueno, membro da comissão de energia da OAB-SP e coordenador do IBDE (Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia), avalia que houve um lobby forte das distribuidoras, contrárias ao modelo.

"Isso gerou um grande Fla-Flu entre distribuidoras e associações e o lado da Geração Distribuída", diz. "O projeto traz aspectos bastante positivos, como direito adquirido dos benefícios até 2045 para as usinas já em operação, pacificando um dos pontos mais polêmicos."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49642&anchor=6440004&pd=2028921b45619c86e425554a5c2e6109>

"Acabou a euforia. A perspectiva para 2022 é muito ruim"



Avaliação. Com Bolsonaro pressionado, Pastore vê risco até de ruptura institucional

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

ENTREVISTA: Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central

Ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore diz que está "comprada" uma desaceleração do **PIB** em 2022, ano de eleições, com a ação do Banco Central para barrar o descontrole da **inflação**. Ao Estadão, Pastore diz ainda que o populismo eleitoral do presidente Jair Bolsonaro já está retratado na piora dos preços e indicadores, e que a euforia da "Faria Lima" (principal centro financeiro da capital paulista) e dos empresários acabou. "O despertador tocou tão forte que não deu para ficar dormindo." Para ele, uma piora da economia, que tira popularidade e voto, pode levar o presidente a forçar uma ruptura institucional.

I O mercado estava eufórico há alguns meses, a Bolsa subindo e o dólar a menos de R\$ 5. O que mudou?

A **inflação** é sempre o bandido do filme. Nesse período, ela foi o mocinho. Quando o ministro (da Economia) Paulo Guedes e o Arthur Lira (presidente da Câmara) fecharam o acordo do Orçamento, ninguém contava com o crescimento do **PIB** nominal.

Têm vários **impostos** que crescem com o **PIB** nominal. Tivemos a arrecadação tributária crescendo muito e vamos chegar com um déficit bem menor, abaixo de 1,5% do **PIB**. O mercado se animou.

Disseram: "Que coisa boa! Baixou o risco". A Faria Lima entrou em festa. A **inflação** acelerou, e o espaço no teto de gastos será menor. E, quando estava nesse ponto, caiu na cabeça do Paulo Guedes um meteoro chamado precatório.

I O cenário de agora pode empurrar o presidente Bolsonaro para uma agenda mais populista?

Ele vai tentar fazer um programa Bolsa Família maior. Na democracia, cada pessoa é um voto.

O desempregado e o pobre têm o mesmo voto que o presidente de um banco. E tem muito mais desempregado e pobre.

Quer ele olhe isso do ponto de vista humanitário, quer seja populista, que é o que eu acho que ele é, vai tentar fazer esse programa. Só que ele não tem espaço por causa do aumento dos precatórios. Ele manda uma PEC de parcelamento dos precatórios. Não muda o teto, mas muda a lei e pensa que está todo mundo distraído. Mas não está. O câmbio, que tinha chegado em R\$ 5, está agora em R\$ 5,30. A taxa de juros de dez anos, que andava lá por 8%, já está acima de 10%. A euforia foi embora. Agora, o risco já está aparecendo na Bolsa. Esse é o clima com o qual o nosso presidente vai entrar na campanha eleitoral de 2022.

I Qual será a prioridade dele?

A única prioridade que eu consigo ver na cabeça do Bolsonaro é se reeleger. Ele tem razões familiares, pessoais, de todos os tipos, a ponto de hostilizar as instituições e fazer uma campanha contra o voto eletrônico. A ponto de anunciar que vai pedir impeachment de ministros do Supremo, que estão simplesmente exercendo a sua função. Entre Executivo e Legislativo, a não ser a postura do Senado, que está mais sóbria, eu tenho a impressão de que há uma combinação de interesses muito forte. O Centrão está dentro do Executivo e dominando a Câmara. Independência aqui é uma questão questionável. Esse é o clima. Empresários já não estão tão quietos, porque, depois daquele manifesto, já temos visto gente que saiu da casca.

I Por que demorou tanto para sair da casca?

O sujeito não está acostumado.

Ele não foi treinado para isso.

Foi treinado para ser empresário.

Ele espera que as coisas melhorem. Mas chega o momento que qualquer um sai da casca. Eu até admito que a demora seja explicável. Mas saiu, começou. O empresariado acordou. O despertador tocou tão forte, que não deu para ficar dormindo.

I Qual o peso da crise institucional provocada pelo presidente em afugentar os investimentos?

Do ponto de vista de insegurança jurídica sobre investimentos, é péssimo. Se esperava que haveria investimento maior no ano que vem. O governo não pode gastar mais, porque, se ele gastar mais, a situação fica pior. Tem gente que cinicamente diz que o presidente não vai furar o teto, mas olha o artigo do Felipe Salto (diretor executivo da IFI) no Estadão. No artigo, ele está dizendo: não furou o teto porque subiram com o teto. Pode até dizer em público que o teto foi atendido, mas ele mudou.

Consequentemente, sobem o câmbio e os juros e a Bolsa cai. Isso é o que me leva a dizer: o ano de 2022 é de perspectivas muito ruins.

I Muitos se enganaram com essa melhora das contas públicas?

Sabe o que é miopia? Ele vê só o que está pertinho dele. Antes da minha operação de catarata, eu usava óculos de fundo de garrafa.

Quando o tirava, eu via só dois centímetros na minha frente.

No campo político, muita gente é extremamente míope, horizonte curtinho, só consegue ver cinco minutos à frente.

I Mas o mercado também não quis ver dessa forma por causa das apostas que tinha?

Claro. Há algum tempo eu tenho dito que a tendência do real é ficar fraco, e tem operador de banco, que ganha dinheiro em cima disso, defendendo para os seus clientes que o real vai se valorizar. O interesse dele é o bônus, o cara se engana a si mesmo e depois toma um susto; aí já é tarde. Eu não estou dizendo que o real vai ficar fraco porque sou malévolo. Eu estou falando porque estou vendo o risco, pipocas! Não estou interessado em vender um produto falso, mas em olhar as coisas como eu vejo.

I A combinação de menor crescimento, **inflação** alta e desemprego em 2022 não pode levar o presidente a acionar mais gastos para reverter esses problemas?

Há uma probabilidade alta de que ele faça isso quando enxergar que a popularidade dele está baixa e que corre risco. Ele é um populista. Só que não precisa esperar isso acontecer para que apareça no preço dos ativos (dólar, juros, Bolsa).

I O sr. quer dizer que o populismo eleitoral do presidente já está nos preços?

Já está aparecendo. Não posso dizer que está inteiro nos preços.

Num pedaço dos preços, já está lá. O que é essa crítica do Felipe Salto? É uma crítica ao populismo dele. O mercado já percebeu que o teto de gasto é volúvel, flexível. Sabe-se que não se consegue segurar a **inflação** se não tiver uma âncora.

Uma âncora flutuante não segura nada. A âncora fiscal que nós temos é flutuante. Não serve!

I No cenário de hoje, a economia vai jogar contra ou a favor do presidente em 2022?

Inflação alta, desemprego elevado, crescimento baixo é cenário hostil a qualquer governo.

O que precisamos ver é qual será a reação do governo a isso.

Só que o presidente diz o seguinte: "Se não for eu, a eleição é fajuta". Será que ele vai em frente? O temor é que isso abra a possibilidade de uma crise institucional e um problema mais sério no campo político.

I Como o sr. traduz isso?

O presidente está dizendo que ele nega o resultado da eleição.

Isso é muito grave.

I Uma piora da economia, que tira voto em 2022, pode levar o presidente a forçar a ruptura institucional?

Exatamente isso, com todas as letras.

I O BC sinalizou que terá de derrubar o crescimento econômico para controlar a aceleração da **inflação**. Estão caindo na real?

A taxa de juros está subindo agora e ela só estará no nível restritivo daqui a alguns meses.

Isso vem no ano que vem.

I Guedes está cedendo muito para ficar no cargo?

Não sei. O fato é que ele está cedendo.

I "Clima eleitoral"

"O câmbio, que tinha chegado em R\$ 5, está agora em R\$ 5,30. A taxa de juros de 10 anos, que andava lá por 8%, já está acima de 10%. A euforia foi embora. Agora, o risco já está aparecendo na Bolsa. A Bolsa devolveu o que tinha ganhado esse ano. Esse é o clima com o qual o nosso presidente vai entrar na campanha eleitoral de 2022."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudanças no IR tornam pior um sistema já péssimo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Governo federal não é 'vilão' do combustível, diz Bolsonaro

Matheus Schuch

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Precatórios ameaçam plano de vacinação, diz assessor de Guedes

Thiago Resende *brásília*

O secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Ariosto Culau, disse nesta quarta-feira (18) que o plano de imunização contra a Covid-19, inclusive a possibilidade de oferecer a terceira dose à população, pode ficar comprometido se o Congresso Nacional não aprovar a proposta do governo para reduzir os gastos com precatórios (dívidas reconhecidas pela Justiça) em 2022.

Apesar da afirmação do secretário, a compra de vacinas para Covid-19 tem sido realizada fora do teto de gastos, sob o argumento de que a crise do coronavírus e a segunda onda eram imprevisíveis, o que permitiu o uso de dinheiro fora dessa trava, por meio de crédito extraordinário.

Como 2022 será o terceiro ano da pandemia, técnicos do governo ainda discutem se a compra do imunizante pode ser considerada um gasto extraordinário.

Pessoas que acompanham a discussão dizem que haveria dúvidas se a terceira dose do da vacina poderia ficar fora do teto.

Procurados, os ministérios da Economia e da Saúde não responderam sobre a afirmação do secretário de Orçamento nem informaram como será a compra dos imunizantes no próximo ano.

O ministro Paulo Guedes (Economia) e a equipe da pasta têm elevado a pressão nos discursos e nas conversas com o Congresso Nacional sobre os efeitos previstos para o Orçamento do próximo ano caso o parcelamento das dívidas de precatórios não seja autorizado.

O governo quer convencer os parlamentares a aprovar uma medida considerada impopular, pois afeta quem tem direito a receber a dívida confirmada pela Justiça. Governadores já se posicionaram contra o plano.

Com Orçamento apertado, a equipe econômica tem sido pressionada a ampliar a verba para assistência social, funcionalismo público e obras em ano eleitoral.

A resposta tem sido usar um discurso mais alarmante: ou os precatórios são parcelados ou faltará dinheiro para algumas áreas.

Enquanto Guedes citou na semana passada o risco de cometer crime de responsabilidade se os gastos com precatórios não foram parcelados, Culau afirmou nesta quarta-feira que a vacinação, obras de infraestrutura e emendas parlamentares (mecanismo usado pelos deputados e senadores para destinar recursos federais a suas bases eleitorais) podem ficar comprometidos em 2022.

No caso do Ministério da Saúde, ele disse que a pasta chegou a apresentar um plano de imunização, prevendo a aplicação da terceira dose da vacina contra a Covid-19, 11125 isso "se vê comprometido em razão desse aumento que tivemos de precatório".

Os pagamentos de precatórios são contabilizados dentro do teto. Por isso, o governo enfrenta dificuldade em atender às demandas dos ministérios e do Palácio do Planalto.

"Qualquer ampliação decorrente de novos programas ou implementação de ações que, no mérito, são totalmente defensáveis estão comprometidas em relação ao aumento que tivemos nos precatórios", declarou.

Culau expôs ao Congresso os desafios para formular o projeto com as despesas de 2022. A proposta de Orçamento do próximo ano tem que ser apresentada aos parlamentares até o dia 31 de agosto.

"Esse talvez seja o mais difícil de todos os Orçamentos", disse Culau, que trabalha na área há mais de 25 anos.

Nos bastidores da elaboração da proposta a ser encaminhada no fim do mês, a intenção é enviar um projeto considerando todo o gasto de precatório (R\$ 89,1 bilhões).

O Auxílio Brasil (programa que deverá substituir o Bolsa Família) não deve ter aumento significativo em relação ao patamar atual de R\$ 35 bilhões para o programa social.

Não há espaço para atender a todas as demandas, de acordo com membros da área econômica. O cenário deverá se agravar nos próximos anos, afirmam.

Em 2022, haveria uma folga de R\$ 30 bilhões no teto de gastos por causa do descompasso no índice de **inflação** a ser registrado no ano e o índice usado para corrigir o teto (que foi apurado em 12 meses até junho).

Mesmo com o cenário considerado confortável, o Orçamento ficou sob pressão, visto que o espaço foi tomado pelo aumento dos precatórios. Por isso, o Ministério da Economia diz que a proposta não se limita a resolver o problema de 2022.

O governo enviou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para parcelar o pagamento de parte dessas despesas. Mas o projeto ainda precisa ser votado pela Câmara e pelo Senado.

Em debate na CMO (comissão mista de Orçamento) do Congresso, o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, informou que o governo não esperava que os precatórios em 2022 subissem para R\$ 89,1 bilhões - uma forte alta em relação aos R\$ 54 bilhões previstos no Orçamento de 2021.

"O mais importante do envio da proposta é abrir o debate; expor o problema e discutir. Ninguém aqui é dono da verdade, mas a gente precisa discutir, porque [isso] desorganiza o Orçamento do ano que vem", declarou Funchal.

O secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Ariosto Culau, então afirmou que o governo vinha trabalhando com o cenário de folga no Orçamento, mas foi surpreendido.

"Um aumento sem precedente dentro da história de precatórios, dentro da estimativa de pagamento de precatórios", disse.

Segundo ele, isso fez com que "a capacidade de atendimento das mais diversas prioridades e políticas ficassem comprometidas".

Com a PEC, o governo quer parcelar parte desses débitos em dez anos e economizar R\$ 33,5 bilhões em 2022.

Apesar das dificuldades no cenário fiscal, Funchal voltou a dizer que é possível que "em 2023 a gente volte a ter algum superávit" nas contas públicas.

O ministro Paulo Guedes (Economia) tinha o objetivo de zerar o déficit primário (diferença entre receitas e despesas sem considerar os gastos com juros da dívida).

Na apresentação aos congressistas, Funchal defendeu

reformas estruturantes, principalmente para buscar o controle da dívida pública. "É isso que a gente precisa, manter a expectativa de estabilidade dessa trajetória de dívida."

Ele lembrou que o endividamento subiu no ano passado por causa dos gastos extraordinários para combater a crise da Covid-19.

Numa comparação com países semelhantes, como Colômbia e México, Funchal mostrou que o Brasil está emitindo títulos públicos de prazo de dez anos com juros de 10%, acima dos outros países. "Isso está refletindo o risco- Brasil", disse o secretário.

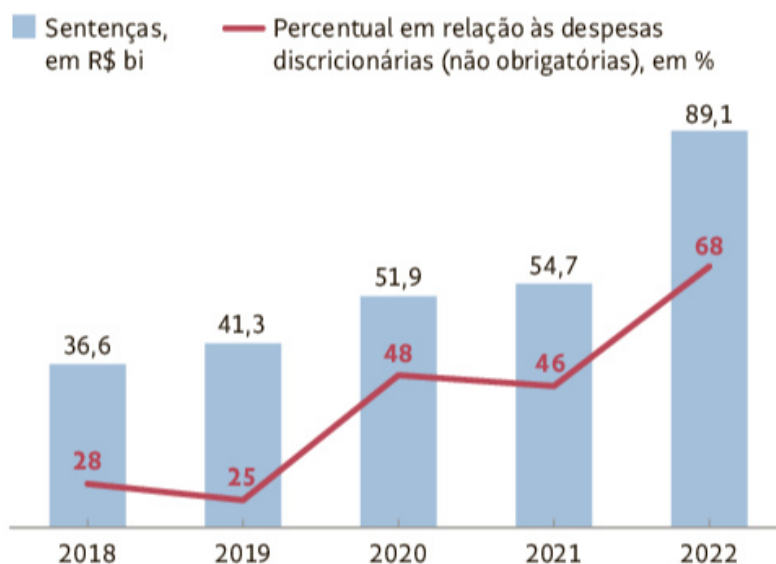
"Quando você tem um juro de longo prazo alto, fazer investimento é mais caro. Se é caro fazer investimento, menos investimentos serão feitos, e menos empregos serão gerados", afirmou Funchal.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49642&anchor=6440004&pd=2028921b45619c86e425554a5c2e6109>

Pec dos precatórios

Evolução dos gastos com sentenças judiciais contra a União



Proposta de regras para os precatórios

- Parcelar em até dez anos o precatório superior a R\$ 66 milhões
- Parcelar em até dez anos os precatórios que, em ordem decrescente, fizerem a soma dos valores superarem 2,6% da receita corrente líquida do governo
- Todo precatório abaixo de R\$ 66 mil ficará na regra atual, fora do parcelamento

R\$ 33,5 bi

É a estimativa de economia em 2022

8.771

Precatórios seriam atingidos pelo parcelamento, o equivalente a 3,3% de um total de 264.717

Proposta de novo fundo da União, voltado à liquidação de passivos

Origem dos recursos:

- Venda de imóveis da União
- Venda de participação societária de empresas
- Dividendos recebidos de estatais (menos as despesas de estatais dependentes)
- Outorga de concessões e de delegações de serviços públicos
- Antecipação de valores do excedente de óleo em contratos de partilha de petróleo
- Arrecadação gerada pela redução de benefícios tributários (no primeiro ano)

Destinação dos recursos:

- Pagamento da dívida pública
- Pagamento de precatórios que seriam parcelados

O que ficaria no teto:

- Pagamento de precatórios dentro do limite de 2,6% da receita corrente líquida
- Pagamento do fluxo regular de parcelas dos precatórios

O que ficaria fora do teto:

- Antecipação de pagamentos dos precatórios parcelados

Fonte: Ministério da Economia

Pessimismo toma conta do mercado financeiro

ROSANA HESSEL

A desconfiança no governo está aumentando de forma generalizada, devido à **inflação** crescente e incapacidade do Executivo de equilibrar as contas públicas, que estão no vermelho desde 2014. O quadro que está se formando para 2022 não é nada animador, porque, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) se preocupa com a reeleição, o fiscal fica cada vez mais frouxo. Logo, restará ao Banco Central a missão de segurar o processo inflacionário, ou seja, os juros não vão parar de subir, o que ajudará a frear o crescimento do país no ano que vem. Esse foi o cenário traçado por 42 analistas em reunião trimestral prévia à divulgação do Relatório de **Inflação**, realizada ontem entre diretores do Banco Central e um primeiro grupo de economistas convidados. Participaram do encontro os diretores do BC Fabio Kanczuk (Política Econômica), Bruno Serra (Política Monetária) e Fernanda Guardado (Assuntos Internacionais). Os outros dois grupos serão ouvidos hoje. Pelas contas dos analistas, o Produto Interno Bruto (**PIB**) não deverá crescer mais do que 2% em 2022. Algumas previsões ficaram abaixo de 1,5%. Enquanto isso, as projeções para a **inflação**, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estão cada vez mais próximas do teto da meta do ano que vem, de 5%. Com isso, as estimativas para a taxa básica de juros (Selic) variam entre 7,5% e 8% ao ano. Na avaliação dos especialistas, medidas como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que parcela em até 10 anos o pagamento de precatórios acima de R\$ 66 milhões, para abrir espaço orçamentário ao programa Avança Brasil, devem piorar o cenário fiscal. A PEC, defendida com afinco pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo especialistas em contas públicas, além de gerar insegurança jurídica, vai na contramão da austeridade fiscal, porque burla o teto de gastos (que limita as despesas pela **inflação** do ano anterior) e altera a regra de ouro (que proíbe o governo de emitir dívida para pagar despesas correntes, como salário e aposentadorias). Não à toa, o humor dos mercados nos últimos dias azedou e isso tem ajudado a derrubar a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e a elevar os juros dos títulos públicos de médio e longo prazos para mais dois dígitos. Os prefixados com vencimento em 2026, por exemplo, já pagam 10,07% ao ano. Ontem, a B3 fechou com queda de 1,07%, para 116.642 pontos, distante do recorde de quase 131 mil de junho.

Enquanto isso, o dólar não para de subir. Fechou o dia cotado a R\$ 5,375, com alta de 1,99%.

Contas públicas

O clima da reunião com os diretores do BC foi de pessimismo. "Em linhas gerais, quem falou estava bastante preocupado com o cenário inflacionário de 2022. Mas a maior preocupação foi com o quadro fiscal, porque o governo tem anunciado medidas com teor populista, como a PEC dos Precatórios e a ampliação do Bolsa Família, que vão no sentido de piorar as contas públicas", disse um economista. "Os diretores do BC falam pouco nessas reuniões e procuram mais ouvir. Houve uma divisão em torno da **inflação**, mas a maioria estava bastante pessimista em relação ao **PIB** de 2022", contou uma economista que também estava na reunião. A maioria demonstrou preocupação com o nível de juros, mas todos se mostraram preocupados também com o dólar, com o risco fiscal e as eleições. Além disso, a avaliação é de que o BC também será pressionado a subir os juros porque os Estados Unidos já colocaram a alta das taxas americanas no radar do mercado, com a divulgação, ontem, da ata da última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). "Foi uma visão mais pessimista em relação aos juros finais", disse o economista de um banco.

Em meio ao turbilhão de desconfiança no governo Bolsonaro, a consultoria norte-americana Eurasia rebaixou, ontem, as perspectivas para o Brasil. "Preocupações renovadas com a política fiscal e a **inflação** persistente estão minando as perspectivas de crescimento econômico para 2022 com impactos políticos, levando a um rebaixamento da trajetória de longo prazo do Brasil de neutra para negativa", destacou relatório da instituição. R\$ 5,375 Cotação de fechamento do dólar ontem, após alta de 1,99%

Servidores protestam contra a reforma administrativa

Cerca de 300 pessoas se concentraram em frente ao Anexo 2 da Câmara dos Deputados, na manhã de ontem, para protestar contra a proposta de reforma administrativa, a carestia e o desemprego. A manifestação foi organizada por entidades de **servidores públicos** e movimentos sociais, que também realizaram atos semelhantes em mais de 30 cidades. O presidente nacional da Central Única dos

Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, afirmou que "precarizar o trabalho e ameaçar os serviços públicos não é a saída para o país voltar a crescer", disse. "Se acham que vão passar a boiada, estamos aqui para dizer que vamos derrotar, em nome do povo, da renda, do emprego e de um Brasil que não tenha que conviver com a fome", disse a deputada Erika Kokay (PT-DF), durante o protesto.

Gasto em ritmo de eleição é risco, dizem analistas ao BC

Douglas Gavras

Uma reunião fechada do Banco Central com analistas de 42 instituições realizada nesta quarta-feira (18) serviu para apontar o clima de preocupação de agentes do mercado com o ano que vem.

Os analistas avaliam que a economia está entrando em ritmo de eleição, o que deve pressionar por mais gastos e colocar o lado fiscal em risco.

Isso ocorre em um cenário de aumento da **inflação** nos últimos meses e uma resposta dada pelo BC de elevação dos juros para tentar conter a elevação dos preços.

Sob condição de anonimato, um desses analistas convidados disse que parte do grupo se mostra bem pessimista com a **inflação** para o ano que vem e preocupado com o lado fiscal.

A **inflação** medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 0,96% em julho, o maior resultado para o mês desde 2002, quando a alta foi de 1,19%.

No ano, o indicador acumula alta de 4,76% e, em 12 meses, 8,99%. E os juros básicos tiveram um aumento mais forte na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), do BC, para 5,25%.

Para o ano que vem, as perspectivas também são preocupantes. O mais recente boletim Focus aponta que a **inflação** pelo IPCA deve chegar a 3,9% (acima do centro da meta, de 3,5%). Há um mês, era esperado uma **inflação** de 3,75%.

No caso dos juros, agora é esperada uma Selic em 7,5% em 2022 --ante os 7% esperados há um mês. A previsão para o **PIB** (Produto Interno Bruto) foi em sentido contrário: agora, se espera um crescimento menor, de 2,04%, ante um crescimento de 2,1% há um mês.

Com a aproximação das eleições, o mercado já espera que o governo aposte em um aumento de gastos, que pode comprometer o compromisso com o lado fiscal.

Depois de atingir um pico histórico de 89,3% do **PIB** em fevereiro, a dívida pública registrou a quarta queda

seguida e encerrou o primeiro semestre em 84% do **PIB**, segundo o Banco Central.

Para fazer caber os gastos do ano eleitoral, a preocupação é que o governo fure o teto de gastos e acabe com a Lei de Responsabilidade Fiscal, diz o analista ouvido pela Folha.

Ele acrescenta que o novo Bolsa Família, com o aumento planejado pelo governo, também pode levar a uma pedalada, como o atraso no pagamento de precatórios.

Um outro participante do encontro afirma que quase todos os analistas projetam para o ano que vem **inflação** acima da meta e fraca atividade econômica. O principal temor é de se recorrer a subterfúgios, como o dos precatórios, para fazer os gastos caberem, diz.

Segundo ele, o mercado ainda não dá como certo que o teto de gastos está sob risco, mas há uma percepção generalizada de que novas investidas contra ele serão tentadas até o fim deste ano e ao longo de 2022.

O encontro fechado do BC com os agentes de mercado ocorre periodicamente e serve para que a instituição ouça o que os analistas têm a dizer e consiga medir a temperatura do mercado.

Situação fiscal leva juros futuros a dois dígitos; dólar sobe 2%

Isabela Bolzani

As curvas de juros futuros para cinco e nove anos voltaram a atingir os dois dígitos nesta semana e recuperaram os patamares de 2018, último ano das eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro (sem partido).

O movimento acompanha os avanços da **inflação** e o recrudescimento das tensões políticas e fiscais no país.

A curva de juros futuros é a expectativa do mercado para a Selic (taxa básica de juros).

Segundo dados da Bloomberg, a projeção para a

curva de juros futuros para cinco anos ficou em 10,44% ao ano nesta quarta-feira (18) -contra os 10,03% observados na véspera e os 6,05% projetados no começo do ano.

Já as previsões das taxas para nove anos ficaram em 10,93% ao ano. A projeção era de 10,52% na véspera e de 7,05% em 2 de janeiro.

"Do lado do índice de preços, o Copom [Comitê de Política Monetária do Banco Central] precisará correr atrás e subir os juros para conseguir ancorar as expectativas de **inflação** para o ano que vem. Se o comitê não acelerar esse processo, corre o risco de a **inflação** não baixar e ele precisar subir os juros ainda mais, virando uma bola de neve", afirmou o analista da Clear Corretora, Rafael Ribeiro.

O Banco Central já apontou na última ata do Copom que pretende aumentar a Selic em pelo menos 1 ponto percentual na próxima reunião, que acontece nos dias 21 e 22 de setembro. A autoridade monetária também sinalizou que fará o que for necessário para controlar a **inflação** e trazê-la para dentro da meta.

Hoje a Selic está em 5,25%.

Na terça (17), o BC também disse que a tendência de alta das estimativas para a **inflação** é gerada especialmente pelo risco fiscal -ou seja, quando os agentes econômicos entendem que o desajuste das contas públicas é significativo.

O mesmo cenário de alta acontece no risco-país. Medido pelo CDS de cinco anos, o indicador acumula uma alta de 30,35% neste ano, depois de saltar 43,6% em 2020 com a pandemia de Covid-19.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias, especialmente as emergentes. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país. Se ele cai, o recado é o inverso: sinaliza aumento da confiança quanto à capacidade que o país tem de saldar suas dívidas.

"Toda a penalização dos ativos brasileiros, como juros e câmbio, está vinculada à questão fiscal. Há uma elevação na percepção de risco em relação à condução das contas públicas, principalmente no final de agosto, quando nos aproximamos de uma data importante que é o envio do Plano de Lei Orçamentária para 2022", afirmou a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack.

Parte das discussões sobre o PLO giram ao redor da vontade do governo em seguir com o novo Bolsa Família, o Auxílio Brasil. Apesar de o governo não ter

definido valores, Bolsonaro já chegou a afirmar que o benefício será 50% maior do que o atual (de cerca de R\$ 190).

"E quando olhamos para as pautas dentro do Congresso, estão todas entrelaçadas. Para o governo conseguir colocar em prática o Auxílio Brasil, ele precisa encontrar espaço dentro do teto de gastos para o próximo ano. E aí vem a questão da PEC [Proposta de Emenda à Constituição] dos precatórios", disse Abdelmalack.

Os precatórios são dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

O ministro Paulo Guedes (Economia) e a equipe da pasta têm elevado a pressão nas conversas com o Congresso sobre os efeitos no Orçamento do próximo ano caso o parcelamento das dívidas de precatórios não seja autorizado.

Guedes até chegou a citar, na semana passada, o risco de cometer crime de responsabilidade caso essas dívidas não fossem parceladas.

"Chegamos nos 130 mil pontos na Bolsa de Valores porque o governo conseguiu reduzir o percentual da dívida pública em relação ao **PIB** e, com esse projeto [Auxílio Brasil] a expectativa é que essa folga seja diluída. Isso gera um risco fiscal que também acaba sendo precificado na projeção a Selic", afirmou Ribeiro, da Clear.

"Quando pior e mais deteriorada está a saúde econômica de um país, mais o investidor quer um prêmio para comprar essa dívida, o que pressiona e acelera a curva de juros", completou o analista.

Além das preocupações em relação ao cenário fiscal do país, outro ponto de atenção que também impacta na curva futura de juros e no risco-país são as crescentes tensões políticas.

No último mês, Bolsonaro repetiu falas golpistas e falou na possibilidade de usar armas "fora das quatro linhas da Constituição", enquanto sofreu uma derrota na defesa do retorno do voto impresso e foi incluído como um dos investigados no inquérito das fake news no Supremo Tribunal Federal.

No último final de semana, um dia após a prisão de seu aliado Roberto Jefferson, Bolsonaro também disse que vai levar ao Senado um pedido de abertura de processo contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do STF. Barroso também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Na terça (17), depois de sofrer pressão de aliados

para esfriar a crise entre os Poderes, o presidente reconheceu a independência do Legislativo e disse que não vai cooptar senadores para quem apoiem seu pedido de impeachment dos ministros.

"Tem saído coisas bem ruins de toda essa briga entre o Bolsonaro e o STF, e o mercado tem precificado isso. Então, quando sai uma pesquisa eleitoral sugerindo que Bolsonaro tem perdido cada vez mais a aceitação do público, o mercado reage não pelo presidente não ganhar [as eleições] novamente, mas sim sobre o que ele poderá fazer para tentar reverter isso", afirmou a economista-chefe do Banco Ourinvest, Fernanda Consorte.

"Medidas fiscais expansionistas sem uma contrapartida de gastos, sem dúvida afetam a leitura de risco-país e piora os preços dos ativos", completou.

As tensões políticas e fiscais também têm mexido na Bolsa de Valores. Nesta quarta-feira (18), o Ibovespa, principal índice acionário do país, encerrou em queda de 1,07%, aos 116.642 pontos.

Além do ambiente doméstico, o movimento também veio na esteira dos mercados internacionais, que caíram após a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) sinalizar que acreditam que o patamar de desemprego para que o suporte à economia seja reduzido pode ser atingido neste ano.

No câmbio, o dólar registrou alta de 2,05%, a R\$ 5,3750, refletindo a forte aversão ao risco fiscal no Brasil, o que contribuiu para o impacto no mercado de juros futuros.

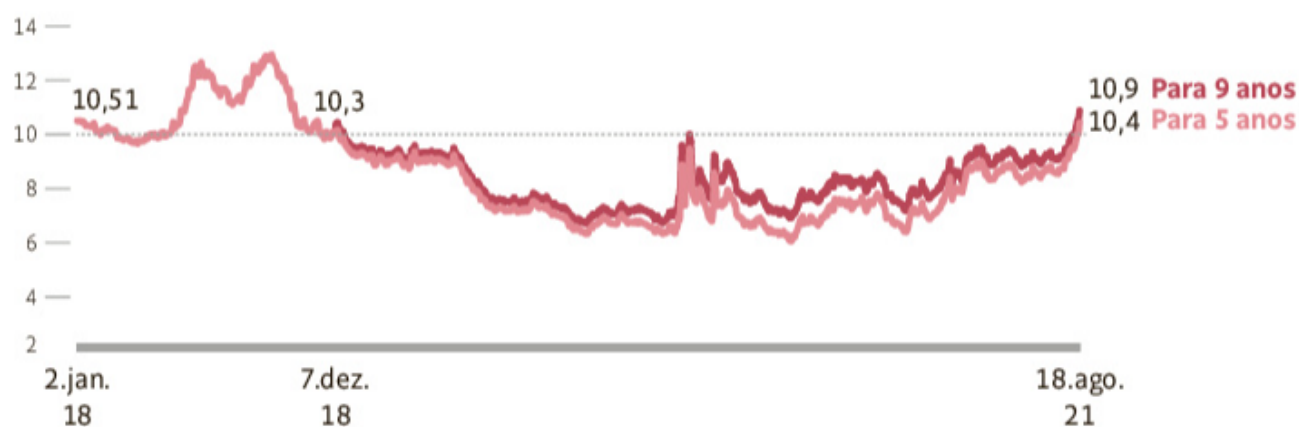
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49642&anchor=6440004&pd=2028921b45619c86e425554a5c2e6109>

Juros futuros voltam a ter dois dígitos

Curva de juros futuros

Em % ao ano



Risco-país volta a subir

Em pontos



Fonte:
Bloomberg

TCU agrada ao governo e aprova regras do leilão do 5G

Julio Wiziack Marianna Holanda

O TCU (Tribunal de Contas da União) atendeu ao pedido do governo e aprovou nesta quarta-feira (18) as regras do edital para o leilão de 5G quase por unanimidade. Houve uma reviravolta no meio do julgamento com o pedido de vista do ministro Aroldo Cedraz, que tentou adiar o julgamento por dois meses. Ele foi vencido e o assunto voltará ao plenário em oito dias.

Normalmente, um pedido de vista paralisa o processo. O regimento interno do TCU, no entanto, determina que o prazo máximo não pode ultrapassar vinte dias. Há ainda a possibilidade de que seja reduzido ainda mais, dependendo do entendimento do plenário.

No caso do 5G, os ministros decidiram os ministros decidiram não só reduzir o prazo solicitado por Cedraz mas também antecipar os seus votos acompanhando a proposta do relator, Raimundo Carreiro.

Em seu voto, o ministro Bruno Dantas ponderou, inclusive, que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) já poderia publicar as regras do edital aprovadas pela maioria do TCU diante da antecipação do resultado final.

A decisão favorável ao leilão tinha sido costurada pelo relator, Raimundo Carreiro, junto com ministros do tribunal nesta terça-feira (17), depois de visitas do ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN), a todos os ministros do TCU. Faria pedia a aprovação do edital.

No final da noite de terça, Cedraz decidiu romper o acordo e decidiu pedir vista, surpreendendo os demais colegas. Alguns ficaram sabendo da decisão durante a sessão desta quarta. Segundo relatos, ocorreram diversas tentativas de demovê-lo da iniciativa.

Diante do insucesso, decidiram antecipar os votos como forma de constrangê-lo. Durante a sessão, ele chegou a modificar o prazo inicialmente solicitado, de dois meses, para um mês. Cedeu ainda mais, reduzindo para 15 dias. No final, a proposta vencedora -de uma semana- foi do ministro Jorge Oliveira, ex-ministro da Secretaria-Geral de Governo do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, comemorou o resultado. À Folha ele disse que acreditava plenamente na aprovação do edital e ponderou que o prazo do pedido de vista não irá comprometer a data do leilão, "previsto para final de setembro ou meados de outubro".

Faria avalia que a Anatel e TCU já estavam trabalhando em conjunto com as novas regras. "Não haverá atraso", disse.

Diante de impasses e discussões em torno das regras do edital, o ministro já tinha anunciado dois adiamentos do leilão.

Mais tarde, em entrevista coletiva, Faria negou que tenha pressionado o TCU pelo resultado.

"Tenho respeito muito grande pelos ministros. Tanto é que disse que só iria me pronunciar depois do voto proferido por eles. O que a gente fez? Fomos [ao TCU] para tirar qualquer dúvida do edital que coubesse ao Ministério", disse.

O ministro afirmou que ainda não conversou com o presidente Bolsonaro sobre o julgamento do edital.

Pelas regras do edital, serão leiloados blocos em quatro faixas de frequências (700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz). Essas frequências foram avaliadas pela Anatel em quase R\$ 46 bilhões. As contrapartidas a elas associadas estavam orçadas em R\$ 37 bilhões, mas sofreram um ajuste porque o TCU decidiu incluir contrapartidas -antes inexistentes- na faixa de 26 GHz. Esse valor poderá chegar agora a R\$ 43,3 bilhões. Desta forma, a União deverá receber a diferença entre esses valores, cerca de R\$ 3 bilhões.

Em sua decisão, o TCU contrariou as duas principais recomendações de sua área técnica -a construção de uma rede privativa para o governo federal e o País, programa de conectividade da Amazônia. Ambos os projetos custarão cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Os auditores consideraram que eles são ilegais por ferirem o preceito do interesse coletivo previsto na Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Para eles, esses projetos só atenderão pequenos grupos.

Por isso, recomendaram que esses projetos fossem

retirados da lista de contrapartidas e seu valor incorporado ao preço das frequências (avenidas no ar por onde as operadoras fazem trafegar seus sinais).

Nas conversas que antecederam o julgamento desta quarta-feira, Carreiro costurou um acordo com os demais ministros. Avaliaram que seria melhor manter os projetos, particularmente a rede privada.

Seria, segundo pessoas que participaram das conversas, uma forma de evitar o banimento ou restrições à atuação da Huawei, maior fornecedora de equipamentos de rede 5G. Também seria uma forma, na avaliação dos ministros, de agradar aos americanos, que fizeram pressão junto ao Palácio do Planalto, pela existência de uma rede segura dedicada ao governo.

Os ministros entenderam que, apesar de ser restrita ao governo, a construção dessa rede impediria o banimento da Huawei nas demais redes, algo que tornaria o custo de instalação do 5G muito mais caro e demorado.

Carreiro convenceu o plenário de que o interesse coletivo nem sempre deve ser atendido de forma direta.

O TCU decidiu ainda por diversos outros ajustes, especialmente nos cálculos do preço das frequências de 3,5 GHz, considerada a mais valiosa do 5G. Os auditores consideraram a existência de incorreções nas estimativas da Anatel sobre o número de novas antenas nessa faixa de frequência, algo que afetaria o cálculo das licenças.

Houve ainda exigência para um novo cálculo do custo de limpeza da faixa de 3,5 GHz, hoje ocupada por satélites e parabólicas. Esse procedimento será necessário para evitar possíveis interferência quando o 5G passar a operar nessa faixa. O TCU quer que seja feita uma conta mais justa porque o universo de usuários afetados estaria 20% acima do real, segundo os auditores.

Por ser inexplorada e destinada à banda larga em uma frequência de ampla cobertura, a faixa de 26 GHz também deveria ser "reprecificada". Hoje, elas estão avaliadas em R\$ 6,3 bilhões. Segundo o TCU, a Anatel não fez o cálculo do modelo de negócio e adotou parâmetros internacionais ao definir o preço da frequência.

Pelo ineditismo de sua utilização, a agência achou melhor não impor investimentos obrigatórios. No entanto, o TCU estabeleceu que o programa de conexão das escolas públicas do país será uma contrapartida das empresas que arrematarem essas

licenças no leilão até o limite dos lances. O projeto deve custar cerca de R\$ 5 bilhões.

A decisão do TCU representa uma vitória para o ministro Fábio Farias, que corria contra o tempo para tentar realizar o leilão ainda neste ano, depois de um atraso de mais de um ano no cronograma inicial. Caso não obtivesse sucesso, correria o risco de ter o projeto atropelado pelo calendário eleitoral.

A nova tecnologia servirá de plataforma política não somente pela magnitude dos investimentos a serem realizados ao longo dos próximos dez anos, como da capacidade de riqueza pelo país. Pelas metas de cobertura, as capitais serão as primeiras a ter o serviço no início do segundo semestre de 2022, em meio à campanha.

Questionado, Fábio Faria disse que o 5G "extrapola a disputa política".

Segundo ele, seria "muito pequeno" considerar que levar o 5G para todas as capitais ajudaria Bolsonaro politicamente. "Nós não íamos fazer política pública", disse. "Vi que isso [o 5G] extrapolou a disputa política."

A respeito da contrapartida de empresas para estabelecer programa para as escolas públicas, incluída pelo relator do TCU, o ministro elogiou a mudança e disse que o governo vai acolher, apesar de ter se posicionado contra, inicialmente. Foi uma demanda do Congresso.

"Essa recomendação em relação às escolas também foi muito boa, porque a gente conseguiu um recurso a mais que a gente pudesse investir para fazer melhorias", afirmou

Um estudo feito pela consultoria Omdia mostrou que, somente no Brasil, o 5G poderá fazer o **PIB** crescer R\$ 6,5 trilhões até 2030.

Tecnologia é fundamental para carros autônomos e telemedicina

Mais do que mais velocidade (o 5G pode ser até dez vezes mais rápido do que o atual 4G), a rede 5G tem a baixa latência, que é o tempo que um pacote de dados demora para ir de um ponto a outro, o que é fundamental para o uso de instrumentos cirúrgicos manuseados a distância, processos industriais automatizados e carros autônomos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49642&anchor=6440004&pd=2028921b45619c86e425554a5c2e6109>

Economia entra no "modo eleição" e indicadores de 2022 dão sinal de piora

Uma reunião realizada ontem entre diretores do Banco Central e analistas de instituições financeiras deixou clara a preocupação do mercado: a economia entrou no "modo eleição", e isso significa risco para as contas públicas, em um momento de projeções piorando tanto para a **inflação** quanto para os juros e o **PIB** em 2022.

"No geral, todo mundo está batendo na tecla de que a eleição já começou", resumiu um participante do encontro. "O viés mais negativo para o fiscal e o aumento da incerteza estão se refletindo no crescimento do ano que vem, sem necessariamente uma contrapartida da **inflação**." Ou seja, o mercado já prevê um crescimento menor da economia, em um cenário de **inflação** ainda alta.

O BC faz reuniões periódicas, fechadas, com analistas do mercado para colher informações para a confecção do Relatório Trimestral de **Inflação**. Foram 42 analistas ontem. Pelo BC, participaram os diretores de Política Econômica, Fabio Kanczuk; de Política Monetária, Bruno Serra; e de Assuntos Internacionais, Fernanda Guardado.

Eles não respondem a perguntas, apenas ouvem os analistas.

Segundo fontes, os analistas indicaram que a projeção mais baixa para a taxa básica de juros, a Selic, no fim do ciclo de alta iniciado este ano é de 7,5%, variando a até 8,5%. "Mas todos com viés de alta", destacou um profissional. Para a **inflação**, a expectativa para este ano ficou em torno de 7,5% e, para 2022, entre 3,5% (centro da meta) e um pouco acima de 4%. "Há pouca gente convencida de 3,5%, e quem se manifestou nesse sentido apontou viés para cima", disse uma fonte.

No âmbito fiscal, os participantes relataram preocupação com a preservação do teto de gastos, em meio à discussão sobre as mudanças no pagamento dos precatórios e o financiamento do Auxílio Brasil (novo nome do Bolsa Família). "O risco fiscal foi dominante na conversa.

É a preocupação de todo mundo", disse outro economista.

Em relação ao crescimento econômico, um participante mencionou que o cenário este ano está

"dado", com projeções de 5% a 6%, graças ao carregamento estatístico elevado, mas que o ano que vem será mais desafiador.

"Para a atividade econômica, a visão geral é de desaceleração, com crescimento entre 1% e 2% em 2022. A maioria vê perto de 2%", disse outro analista.

Incerteza. O economista-chefe da consultoria LCA, Braulio Borges, destaca, porém, que o crescimento mais próximo de 2% está em risco tanto pela situação fiscal como pela incerteza política criada pelas ameaças do presidente Jair Bolsonaro à eleição de 2022. "Isso inibe as decisões de investimento e de consumo. Aí a economia entra num círculo vicioso: ela cresce menos, o governo arrecada menos e a situação fiscal piora." Borges, que não esteve na reunião do BC, acrescenta que o debate em torno dos precatórios acentuou a preocupação dos analistas em relação ao fiscal, deteriorando o preço dos ativos.

"A percepção de que há um risco de se estourar o teto de gastos aumentou. Isso se reflete no câmbio." Ontem, o dólar fechou a R\$ 5,3759, maior patamar desde maio, com alta de 2%. Já a Bolsa caiu 1% e atingiu o menor patamar desde 1º de abril, ao encerrar a 116,6 mil pontos.

Para a economista Zeina Latif, as medidas que vêm sendo sugeridas pelo governo ainda indicam que Bolsonaro deverá encerrar o mandato com o País em uma situação pior do que a de 2018. "É uma piora institucional do ponto de vista fiscal. Se está perdendo a credibilidade fiscal.

Hoje o debate é o precatório, amanhã é o Bolsa Família e assim vai."/THAÍS BARCELLOS, CÍCERO COTRIM e LUCIANA DYNIEWICZ

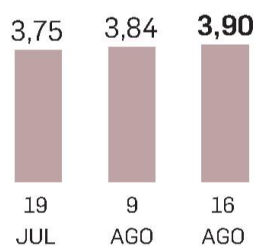
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DETERIORAÇÃO

● Dados do boletim Focus divulgados nas últimas semanas mostram piora nas perspectivas para a economia em 2022

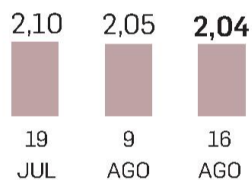
IPCA

EM PORCENTAGEM



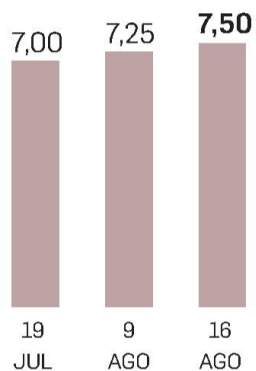
PIB

EM PORCENTAGEM



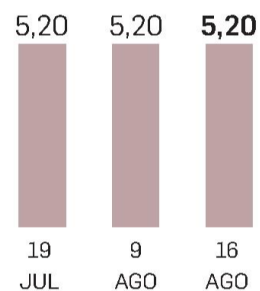
Taxa Selic

EM PORCENTAGEM



Câmbio

EM REAIS POR DÓLAR



FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O impacto do vírus sobre o capital humano (Editorial)

A perda de mais de 570 mil brasileiros por covid- 19 é inestimável.

Para suas famílias, além da dor do luto, há o impacto sobre a renda.

Muitas perderam o seu principal provedor e entraram na faixa de pobreza. Pelas estimativas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), a perda de renda das famílias com parentes vitimados pelo vírus passa de R\$ 14,3 bilhões por ano.

O cálculo considera a renda do trabalho das vítimas em idade produtiva somada à de aposentados. Diferentemente das receitas perdidas por desemprego temporário, estas foram irremediavelmente perdidas.

Ainda que o levantamento não faça estimativas diferenciadas por faixa de renda, é certo que o impacto é muito maior para os mais pobres.

Morando em piores condições sanitárias, com mais dificuldade de trabalhar em casa e menos acesso a bons tratamentos hospitalares, os pobres apresentaram taxas de contágio e mortalidade proporcionalmente maiores, como maiores foram entre eles o desemprego e as reduções de salário ou de rendas do mercado informal.

A recuperação dos postos de trabalho menos qualificados tomará mais tempo, e as famílias pobres, que consomem proporcionalmente mais com necessidades básicas, como moradia e alimentação, foram mais impactadas pela **inflação**.

Além disso, a perda prematura de aposentados afeta especialmente as famílias pobres, que muitas vezes têm na aposentadoria dos idosos uma importante fonte de renda.

Tudo isso evidencia a importância do auxílio emergencial e do fortalecimento de programas sociais, como o Bolsa Família. Mas mecanismos de transferência de renda não bastarão para repor a perda de capital humano.

"Todas essas pessoas vitimadas tinham um certo conhecimento, certas habilidades adquiridas ao longo da vida, que utilizando e transmitindo para colegas

poderiam, por muito tempo ainda, contribuir para gerar uma renda para si, para eventuais dependentes e, portanto, para o País", dizem os pesquisadores.

Como aponta Claudio Considera, do Ibre, "tem tanta gente desempregada, mas essas pessoas não necessariamente serão capazes de substituir no mercado de trabalho aqueles que morreram".

A reposição da massa de habilidades e conhecimentos perdidos dependerá de bons programas de educação e capacitação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em templo, Bolsonaro cita "fé e crença" contra a crise

O presidente Jair Bolsonaro apelou para "fé e crença" como forma de superar problemas enfrentados atualmente pela população brasileira, como o desemprego recorde e a escalada de preços, que têm levado famílias à miséria.

"Com muitos problemas que temos enfrentado e que não estavam previstos: a pandemia e seus reflexos, uma crise de falta d'água como não visto na história do Brasil. O povo tem sofrido com isso: tem **inflação**, tem desemprego.

Tem dias, realmente, angustiantes. O que posso dizer aos senhores? Com fé, com vontade, com crença, nós podemos superar esses obstáculos", disse o presidente em cerimônia em homenagem ao centenário da Assembleia de Deus no Pará.

O desemprego atualmente está em nível recorde: 14,6% no trimestre encerrado em maio.

São 14,8 milhões de brasileiros em busca de uma vaga. Já a **inflação** está em 8,99% no acumulado em 12 meses, com peso maior para produtos básicos da alimentação, como arroz, feijão e carne. A conta de luz, por causa do acionamento das térmicas em função da crise hídrica, está com taxa extra.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Resposta do Brasil à covid gera mais custo, diz estudo



Pandemia. Mulher é vacinada contra a covid-19; intervenções para frear a disseminação do vírus ajudaram a reduzir consequências econômicas e sociais

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) indica que países com pior êxito no controle da disseminação da covid-19 acabaram sofrendo as maiores perdas da atividade e, conseqüentemente, precisaram lançar mão de pacotes fiscais mais generosos para mitigar os impactos econômicos e sociais da pandemia.

O Brasil está entre as nações em que a correlação apontada pelo Ipea fica clara. O País registrou um elevado número de mortes pela doença e uma queda de 4,1% no **PIB** ano passado - tombo que não foi maior porque houve injeção de R\$ 524 bilhões em despesas adicionais só em 2020.

O debate sobre a relação entre o combate à doença e seus efeitos sobre a atividade econômica esteve presente desde o início da pandemia, por causa da recomendação de especialistas em saúde pela adoção de medidas de distanciamento social para frear o avanço do vírus. No Brasil, a discussão ganhou contornos políticos. O presidente Jair Bolsonaro, com frequência, tratava o tema com um dilema.

O estudo do Ipea, elaborado pelo economista Rodrigo Orair, que já foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, fornece indícios de que, na crise atual, as intervenções para reduzir a disseminação da covid-19 também ajudaram a mitigar as conseqüências econômicas e sociais da crise. O texto foi publicado na mais recente edição do Boletim de Políticas Sociais do órgão.

"Aqueles que não conseguiram controlar a crise sanitária tiveram muitas mortes, tiveram mais perdas econômicas e sociais. Na medida em que os danos econômicos e sociais são maiores, eu preciso gastar mais para mitigar esses danos econômicos e sociais.

Quem fez a lição de casa, fez a estratégia de achatamento (da curva de casos e mortes) bem feita, informou a população, tomou medidas de precaução, conseguiu evitar a crise sanitária, evitou os danos econômicos e saiu com o sistema econômico social mais resiliente", afirma Orair.

Segundo ele, o Brasil teve uma das crises mais graves, considerando o número de mortes, a perda do **PIB** e o tamanho do pacote fiscal. Até o início de março, o País tinha uma média de 1.210 mortes por milhão, uma das maiores em um conjunto de 30 países analisados, e uma perda relativa de 6,1 pontos porcentuais entre o crescimento esperado antes da pandemia e o que foi efetivamente observado.

O pacote fiscal, considerando todas as medidas (inclusive de crédito), ficou em 14,5% do **PIB**, comparável ao adotado em países avançados.

Pós-crise. Além de ter se mostrado "ineficaz" no combate à pandemia, o Brasil parece estar atrás da curva quando se trata de discutir a recuperação no pós-crise. Orair recorre a um esquema adotado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para ilustrar as "etapas" de enfrentamento e resposta da política fiscal à covid-19. Elas envolvem ações emergenciais, de controle da emergência sanitária e dos desdobramentos da crise, e de pós-crise, com estímulo fiscal para retomar o crescimento e, posteriormente, medidas de ajuste nas contas.

"Inúmeros países já anunciaram ou estão anunciando pacotes de estímulo fiscal para favorecer a recuperação econômica e o alcance de objetivos estratégicos de médio e longo prazos, enquanto o Brasil parece apostar na estratégia de que será possível superar a crise social e econômica prescindindo desse tipo de pacote fiscal", diz o texto.

Segundo Orair, embora o governo programe R\$ 127 bilhões em gastos extras em 2021, a solução para este ano foi "de improviso" após o governo ter "apostado" no fim da pandemia.

I Correlação

"Aqueles (países) que não conseguiram controlar a crise sanitária tiveram mais perdas. Na medida em que

os danos são maiores, eu preciso gastar mais para mitigar esses danos." Rodrigo Orair ECONOMISTA DO IPEA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CRISE CONJUNTA

● Combate menos eficaz à pandemia deixa economia de países mais vulnerável a efeitos da crise e eleva necessidade de pacotes fiscais

PAÍS	MORTES POR MILHÃO ATÉ 3 DE MARÇO/2021	PERDA RELATIVA DO PIB EM PORCENTAGEM	PACOTE FISCAL EM PORCENTAGEM DO PIB
Reino Unido	1.833	11,4	32,4
Itália	1.632	9,7	42,3
EUA	1.543	5,5	19,2
Espanha	1.489	12,9	18,6
México	1.465	9,8	2,0
França	1.335	10,3	23,5
Brasil	1.210	6,1	14,5
Polônia	1.169	6,5	13,1
Argentina	1.146	9,1	5,7
Holanda	906	5,7	12,8
Alemanha	854	6,6	38,9
África do Sul	842	8,6	9,7
Rússia	596	5,5	4,4
Turquia	342	1,8	10,1
Arábia Saudita	187	6,1	3

FONTES: DADOS DO FMI E DA OMS, ELABORAÇÃO DO IPEA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

'Inflação verde' vira foco de preocupação dos economistas



Avaliação. Campos Neto tem alertado para o problema

Célia Froufe / BRASÍLIA

Expressão "importada" pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em seus mais recentes pronunciamentos, a "greenflation" (**inflação** verde em inglês) já está no radar de autoridades e economistas da Europa e dos Estados Unidos há algum tempo.

A "greenflation" seria a consequência do aumento dos preços trazidos por uma nova forma de produção e demanda. Trata-se de uma elevação causada por regulamentação ambiental mais rígida ou por um modo de consumo mais consciente, que interfere nos preços de uma gama ampla de serviços e bens, desde transporte marítimo e produção de papelão até a troca de vegetais "tradicionais" por orgânicos, geralmente mais caros.

A implantação do ESG (sigla em inglês para padrões ligados ao meio ambiente, área social e governança) pelas empresas e a determinação dos investidores de todo o mundo em buscar "ativos limpos" levam a crer que a "greenflation" já é uma tendência.

A alta dos preços, segundo alguns especialistas, está ligada a problemas de oferta e demanda que surgiram como uma consequência da pandemia de coronavírus.

Analistas do Bank of America (BofA) mediram as referências da palavra "**inflação**" durante a mais recente divulgação de balanço das companhias que compõem os índices acionários americano S P 500 e europeu STOXX 600: uma elevação de 1.000% e 400%, respectivamente.

"Apesar de atrasados no combate às mudanças climáticas, estamos muito no começo dessa história, e

vai demorar para que o efeito sobre **inflação** se dilua", disse a economista-chefe da Panamby Capital Gestora de Recursos, Tatiana Pinheiro. "Vamos conviver com o 'greenflation' por muito tempo." A equipe do Morgan Stanley calculou que os preços das licenças de emissão de carbono mais do que dobraram em 2021, o que teria sido a causa do aumento dos preços da eletricidade no varejo na zona do euro em 8% até junho. Em janeiro, o banco já trazia o assunto para seus clientes.

"Acreditamos que regras fiscais mais flexíveis ou ação convencional do Banco Central Europeu (BCE) para reflacionar a Europa são menos prováveis, mas vemos um potencial de 40 pontos- base de uma Alemanha mais verde e do 'New Deal Verde'", escreveram os economistas há mais de seis meses.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crise hídrica ameaça safras de culturas irrigadas

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fracasso da PEC dos Precatórios ameaça 3ª dose, diz secretário

Mariana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Eurasia avalia que Bolsonaro perdeu o favoritismo em 2022

Cristiane Agostine

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186983?page=22§ion=1